

- LIII -**O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O DISCURSO
EM TORNO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Cymone M. C. Teixeira²⁶ - UESB
cymonect@hotmail.com

Luzia de Marilac P. Castro²⁷ - UESB
ns3ead@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação sob a lei 13.005/2014 é marcado por um processo tenso, explicitado por uma construção de consensos e dissensos, tornou-se o “epicentro das políticas brasileiras de educação” (DOURADO, 2017), denunciou a emergência de um Sistema Nacional de Educação, convocou a sociedade civil a debater, fiscalizar e monitorar a implementação de uma política em defesa da escola pública.

A meta quatro do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da educação inclusiva, elemento de análise desse texto, estabelece a universalização, para o público-alvo da educação especial. O nosso objetivo é analisar a universalização da educação inclusiva no Plano Nacional de Educação (PNE) através dos discursos presente nesse documento. A pertinência desse estudo, no campo da educação especial vincula-se ao fato dos enunciados levantarem tensões e polêmicas teóricas e práticas em sua implementação. A análise tomou a perspectiva do discurso nos postulados e teorizações foucaultianas. Suas teorizações e postulados nos permitem pensar os processos de produção dos discursos oficiais, do seu silenciamento e recusa, fazendo ecoar seus enunciados no movimento da pesquisa. Segundo Veiga-Neto (2017), em termos metodológicos, pode-se dizer que aquilo que Foucault propõe [...] para os discursos que se quer analisar [...] é “trata-los no jogo de sua instância. Nesse caso, até os silêncios são apenas silêncios, para os quais não interessa procurar

²⁶ Mestranda em Ensino – Programa de Pós- graduação em Ensino – PPGEEn (Uesb).

²⁷ Mestranda em Ensino – Programa de Pós- graduação em Ensino – PPGEEn (Uesb).

preenchimentos; eles devem ser lidos pelo que são e não como não-ditos que esconderiam um sentido que não chegou a tona no discurso” (VEIGA-NETO, 2017, p. 97) .

Para Foucault (2017) é possível compreender o discurso que um grupo constrói em sua relação com outros grupos, e em que condições recíprocas ou não se estabelecem as inter-relações das ações que vão emergir desse movimento. Nesse sentido, as unidades do discurso tomam uma configuração social, aparecendo uma vontade de verdade, reforçada e conduzida numa base institucional, onde aplicada ao discurso “[...] a vontade de verdade tal com sistema de exclusão, [...] é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 4) expõe no campo dos direitos sociais a correlação de forças que expressam as disputas em andamento.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Plano Nacional de Educação significa um avanço nas políticas Públicas para a educação brasileira, e tem em sua construção uma identidade democrática, singular. O processo de elaboração e aprovação do plano envolveu significativos momentos de discussão sobre a educação como direito social e sua oferta com qualidade para todos. Neste sentido, “[...] é importante ressaltar, [...] os enormes desafios no cenário político vigente cujo compasso e descompasso retratam a quadra complexa em que se encontra o Estado brasileiro [...]” (DOURADO, 2017, p. 23).

Muitos elementos permearam diferentes concepções em disputa durante o processo de discussão do plano e sua construção mobilizou as relações entre público e privado, a gestão democrática, avaliação e no campo das diversidades.

Neste sentido, a meta 4 do Plano propõe

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo [...] (BRASIL, 2014, p. 55).

A “universalização” pressupõe uma “[...] vontade de verdade, que se apoia numa base e numa distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e certo poder de constrangimento” (FOUCAULT, 2012, p. 4-5).

É neste sentido que a compreensão da universalização proposta institucionalmente requer um aprofundamento, visto que, para além de universalizar é preciso reconhecer as

especificidades do público-alvo da educação especial e que se insere no contexto de inclusão. Apoiar-se numa enunciação requer observar com distinção o lugar de fala do sujeito, para Foucault (2017, p. 63) “[...] é preciso somar as posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações [...]” dessa forma, o movimento de universalização empreendido no PNE, sofre a interposição de diversos grupos da sociedade que se mobilizaram no sentido de arregimentar questões que fundamentem a expectativa das entidades em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Ancorados no discurso de universalização, compreendemos as ambiguidades que permearam o processo de elaboração e aprovação da meta 4 do Plano, assumindo uma configuração complexa. O PNE (2014-2024) expressa um alargamento de poder dos representantes de setores que defendem a perspectiva educacional das pessoas com deficiência em conformidade com o Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - PNEEPEI,

[...] os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos [...] (BRASIL, 2008).

Só essas condições atreladas à acessibilidade podem assegurar, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacional e atitudinal um processo inclusivo que valide as oportunidades de equidade.

Assim, reiteramos, que a adesão a qualquer política pública requer um compromisso social para sua implementação a utilização de instrumentos de monitoramento, avaliação e financiamento que possibilite, conforme profundidade e extensão das mudanças, sua efetivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que a universalização da educação para o público-alvo da educação especial modifica o cenário das políticas de educação provocando uma reestruturação do sistema educacional para inclusivo com significativas transformações decorrentes do novo PNE (2014-2024).

Neste sentido, essa universalização precisa sair do campo do discurso para adentrar na efetividade das ações que assegurem o processo inclusivo e seja capaz de atender as

especificidades dos alunos com deficiência e resposta às condições reais de acesso, participação, permanência e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024)**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano nacional de educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Revista Educação e realidade**, volume 34, n.2, mai/ago 2009 p.35-56.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, 22 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2012.*

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.*

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **Concepções e discursos em torno da gestão educacional no contexto do plano de ações articuladas (PAR) no município de Belo Campo-Bahia**, 2015. Dissertação de Mestrado, 148f.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.